

Resenha

A Rússia Face ao Ocidente, de Paulo Fagundes Visentini

José Alexandre Altahyde Hage¹

Antes de iniciarmos nossa análise do livro do professor Paulo Fagundes Visentini, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, faz-se necessário sublinhar a iniciativa da Editora Almedina, coleção *My News Explica*, cujo início deu-se na Universidade de Coimbra, Portugal, e agora procura se estender para aos países lusófonos. A coleção procura trazer para leitores iniciantes, em temas mais complexos, livros de porte conveniente para tal público, mas sem abrir mão do rigor mínimo. Há muito tempo não havia entre nós coleção que cumprisse papel salutar para adentrarmos em assuntos mais demorados.

O livro que apresentamos chama-se *A Rússia Face ao Ocidente*, com 112 páginas e dividido em quatro capítulos. De início, o professor da UFRGS procura remontar a história do Estado russo, desde seu início no Principado de Kiev, século XVI (hoje Kiev é capital ucraniana) até o dramático fim da União Soviética, em 1991, e estendendo-se às controvérsias políticas de Vladimir Putin. Mas é bom lembrar que o faz de modo corrido, prendendo-se apenas ao essencial da informação. O livro não tem intenção de recorrer à história tão longa em poucas páginas. Mesmo assim, é contribuição para estudantes de graduação em relações internacionais, e suas áreas afins, bem como para pós-graduados e docentes.

Eis uma pergunta que pensamos ser válida: os brasileiros, efetivamente, sabem da Rússia ou a conhecem a partir de leituras enviesadas para incrementar certos interesses? Como opina Visentini, estamos habituados a ler a Rússia, na maior parte das vezes, mesmo no ambiente universitário, a partir de reflexões alheias. Ou a Rússia era, obrigatoriamente, bárbara em face do iluminismo europeu do século XVIII, ou era caudatária dos avanços tecnológicos ocidentais ou, mais à frente, nos tempos da Guerra Fria sede da destruição dos valores judaico-cristãos encontrados na família, no liberalismo e na propriedade privada.

¹ Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo, **campus** de Osasco, e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC, **campus** de São Bernardo do Campo.



Afinal, um importante livro brasileiro de geopolítica, escrito pelo general Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, de 1967, não deixa de frisar a importância de a diplomacia brasileira, no governo de Castello Branco, estreitar relações estratégicas com os Estados Unidos, pois seria justamente Washington o defensor maior de nossas conquistas de liberdade e democracia contra o internacionalismo invasor do socialismo soviético. Também vale recordar que é de pouca serventia leituras angiológicas que exaltam líderes do Kremlin como se estivessem acima dos homens normais, sempre corretos e justos.

No livro há como perceber o quanto é difícil separar o que é russo da Ucrânia (e demais partes). Isto porque não havia duas nações, dois povos, até a chegada da liga polonesa-lituana na primeira parte do século XVII. Embora seja algo relativamente esquecido, sim, a Polônia já dominou a região Ucrânia/Rússia por mais de cem anos a ponto de modificar relativamente o idioma russo, falado em Kiev, e também o ritual católico ortodoxo. Também é lícito dizer que a sorte da comunidade judaica não era nada boa naquela região.

Nessa parte do livro também dá par ter ideia das razões (justificadas ou não é outro assunto) do expansionismo territorial russo, ora para escapar dos mongóis ou para montar uma zona de segurança, tampão mesmo, como se fala em geopolítica, com relação às potências do Ocidente. Já no século XIX o Império Russo era a maior porção de território contínuo no planeta – indo das fronteiras da Alemanha até às águas de Japão, Coreia e China, sem falar do Alaska.

Tal fenômeno marcou a psicologia social e política russa a ponto de ser observada por clássico artigo de George Kennan, de 1947, que via nesse comportamento um dos instrumentos para se compreender a afirmação da União Soviética, de Stalin, como grande potência e, por isso, deveria ser mais bem estudada pela academia dos Estados Unidos.²

Visentini nos mostra as características mais marcantes dos dois “grandes” imperadores. A começar por Pedro I, que governou de 1694 a 1725,

² O Alaska fora território do Império Russo até 1867, quando foi vendido aos Estados Unidos. Na época a imprensa norte-americana acreditou que o governo fora enganado pelo czar, ao se livrar de território sem serventia econômica e sem contiguidade com a Rússia, via Sibéria, já que existe o estreito de Bering. Hoje se pensa ao contrário, visto que o Alaska se tornou região altamente valorosa pelos Estados Unidos, tanto no aspecto econômico e militar.



dando início à dinastia dos Romanov. Pedro, construtor da nova capital no lugar de Moscou, São Petersburgo, não escondia admiração pela Europa Ocidental, pela França, e acreditava que o futuro da Rússia seria melhor se ela entrasse na seara ocidental de modernização. Deu certo pela metade. Embora a nova capital imperial fosse muito bonita, sua burocracia era um desastre por falta de competência. Depois de curto período governamental, Paulo, filho de Pedro e marido da “alemã” Catarina, também a grande (reinado de 1762 a 1796) morre e deixa o poder para sua mulher. Mais esperta e politicamente hábil, Catarina prossegue o trabalho do sogro e expande ainda mais a Rússia, agora para o Cáucaso e para toda Ásia Central.

Da mesma forma que Pedro I, Catarina gostava da cultura ocidental, mas com moderação, pois não queria perturbações de movimentos libertadores que miravam na classe trabalhadora, sobretudo rural, que ainda vivia sob a ordem superconservadora, vale dizer, da servidão, que ligava o agricultor à terra. O homem podia não pertencer ao senhor, como era na escravidão, mas sim à propriedade. Após a morte de Catarina, não havia dúvidas disso, a Rússia se ombreava militarmente com potências ocidentais, sobretudo após sua vitória sobre a Suécia, que franqueou São Petersburgo como centro dinâmico da economia do Mar Báltico.

Logo após o reinado da “alemã” seus sucessores foram Alexandre I e Nicolau I. Eles nada fizeram de relevante para a modernização do Império, embora gostassem do progresso econômico e ciência ocidentais. Na segunda metade do século XIX, aparece Alexandre II, aí sim, com espírito mais aberto a mudanças: ele abre o país para investimentos estrangeiros, acaba com a servidão e procura reformar a administração pública, mas é morto por anarquistas em 1881.

Como é de conhecimento, o fim dos Romanov se dá com Nicolau II em 1917. Seu governo fora considerado reacionário mesmo. Dele, se dependesse a ordem político-social retornaria aos tempos de Pedro o Grande. Seu infortúnio foi ter perdido a guerra para o Japão, em 1904, e a derrota para a Alemanha na Primeira Guerra Mundial, ato que ajudou no descontentamento de soldados, marinheiros, classe média e trabalhadores urbanos.

Após brevíssimo recuo histórico, até a Revolução Russa, o autor entra no mérito das razões e consolidação da revolução, o papel de Stalin (leitor



voraz) e demais dirigentes soviéticos na manutenção do poder. É a parte do livro e, em nosso juízo, menos rica em informações, visto que Visentini não pode encontrar dados históricos como se fossem *pêtr à porter*, à vontade. Não dá para ir mais longe no papel da URSS na Segunda Guerra Mundial ou na Guerra Fria.

O que ele faz é interpretar a personalidade de determinados líderes soviéticos para se ter em conta se acertaram ou não em suas decisões políticas. Por esse meio, Visentini monta um Kruschhev dúbio em sua tentativa de continuar o stalinismo, sem ser Stalin, um Brejnev conservador e paralisado por constantes problema de saúde e, por fim, a decadência contínua do período Gorbachev,³ o mais querido do Ocidente, mas o mais fraco politicamente, pois foi em seu mandato que acabou a segunda superpotência do planeta. O primeiro, quis aumentar o grau de consumo na URSS, mas sem a produtividade ocidental; o segundo, procurou ampliar o espaço geopolítico soviético no mundo subdesenvolvido; e o terceiro, não conseguiu instituir reformas que mantivessem o país inteiro em 1991.

A parte final do livro é mais longa porque abarca dois períodos, complementares em princípio: a quase solvência do Estado russo, cuja degradação tivera início antes de haver ápice no governo de Ieltsin, de 1991 a 1999, e o aparecimento de Vladimir Putin, com sua tentativa de fazer da Rússia a potência respeitada que fora nos tempos da União Soviética.

Em nossa visão, trata-se da parte que mais interessa ao leitor “pragmático” que quer compreender a situação geopolítica da Europa Oriental sem se prender aos aspectos históricos, mesmo que sejam relevantes, que ajudam a moldar os acontecimentos da atualidade. Por que a guerra na Ucrânia? Qual é a política de Putin e por que tudo isso envolve o Ocidente? No final do livro há anexo escrito pelo professor russo Sergei Karaganov, conhecido entre nós por ter lançado documento chamado *Doutrina Putin*, cuja análise tivemos oportunidade de fazer na revista *Austral*, de relações internacionais, da UFRGS.

³ Gorbachev foi ganhador do prêmio Nobel da Paz, em 1990, por isso é visto como aquele que contribuiu para o fim do *equilíbrio do terror*. Mas para os nacionalistas russos sua figura é de um ser politicamente medíocre, cuja imagem virtuosa é construída pelo Ocidente, já que muitas concessões ele as fez para que houvesse o descongelamento da política internacional.



Então vamos à expectativa do leitor interessado. Os tempos de Ieltsin são lembrados como tenebrosos para o poder russo. Os motivos para tanto podem ser elencados por um presidente pouco eficiente na manutenção do poder, embora cumprisse todo o mandato; por uma máquina burocrática influenciada por máfias e altamente corrupta; pela estagnação econômica sem paralelo na história das grandes potências europeias no século XX e, talvez o mais sensível para alguns nacionalistas, a perda de prestígio por manifestações externas que poderiam ser humilhantes à Rússia, que nada podia fazer.

Dá a emergência de Putin no Kremlin. Sem se voltar àquele que lhe abriu as portas do poder em 1999, o próprio Ieltsin, Putin, saído dos quadros da KGB, encarou como sua missão restaurar o poder russo, ao menos no que se refere à Europa Oriental, região especial de locomoção da Rússia na fase imperial, sua dominação da Crimeia, da Polônia, Finlândia e Cáucaso. E por que não manter ainda uma cabeça de ponte (da era soviética) na Síria? Quer dizer, como fazer do Mediterrâneo ao leste voltar a ser mar politicamente russo?

Quais seriam, então, as tarefas restauradoras do governo Putin desde seu aparecimento? Em primeiro lugar, há de se saber que a manutenção de tal administração não se deve a regras consideradas convencionais da democracia ocidental, de liberdade partidária e de crítica, mas sim a partir da conveniência de se manter o poder político, sob a justificativa de que na Rússia as grandes questões políticas merecem resoluções específicas da cultura russa.

No aspecto doméstico, a função governamental de Putin foi a remontagem do Estado territorial, ao vencer conflitos internos e demais tentativas de secessão; combater máfias milionárias que foram criadas com o fim da URSS; organizar as forças armadas; aumentar o poder de compra na economia doméstica; aproveitar ao máximo as altas dos hidrocarbonetos no mercado internacional e intensificar pesquisa e tecnologia em material militar.

No plano internacional o Kremlin procurou reafirmar a Rússia como potência regional no leste europeu, a começar com a tomada militar da Crimeia; reafirmar posição de destaque na Ásia Central, ao se aproximar mais do Cazaquistão; apoiar politicamente a Armênia e montar linha de resistência



antiocidental, leia-se OTAN, no Cáucaso e valorizar os BRICS. No clima da atual guerra europeia é notável relacionamento especial com a China.

Eis temas que o livro do professor da UFRGS traz à tona. Não são temas exclusivos, ao alcance apenas dos especialistas. O mencionado texto é voltado para interessados nos estudos de relações internacionais, sem que haja “reserva de mercado”. Estudantes, professores e jornalistas podem tirar proveito desse esforço de síntese que Vicentini faz. Em complemento ao livro há o anexo chamado *Uma Crise de Depuração*, do professor russo Karaganov no qual procura demonstrar as razões que levam a Rússia a constituir seu poder em face dos vários desafios que há no sistema internacional, bem como interno.

Tais desafios, para o citado professor, não escondem o interesse de desestruturar o Estado russo em benefícios das potências ocidentais. E para isso, vários meios são valorizados, não só a guerra de desgaste militar e econômica, mas também o emprego de ONG'S e outros instrumentos capciosos para desacreditar quem ainda quer valorizar o nacionalismo, a religião e a tradição. Acreditamos que esse pequeno texto merece ser apreciado também.

Recebido em 04.01.2023.
Publicado em 12.04.2023.

